

AURÉLIO VIANA | DIERLE NUNES

# *Precedentes*

## A MUTAÇÃO NO ÔNUS ARGUMENTATIVO



Fundação Professor  
VALLE FERREIRA  
Faculdade de Direito -  
UFMG

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 08.11.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

V667i

Viana, Antônio Aurélio de Souza

Precedentes: a mutação no ônus argumentativo / Antônio Aurélio de Souza Viana, Dierle Nunes.  
– Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-309-7790-0

1. Direito tributário – Brasil. I. Nunes, Dierle. II. Título.

17-46250

CDU: 34:351.713(81)

## SUMÁRIO

.....

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Das origens do <i>common law</i> ao modelo de precedentes.....</b>	<b>25</b>
1.1 Premissa historiográfica.....	25
1.2 A formação do <i>common law</i> no direito inglês .....	36
1.3 A atividade jurisdicional no centro da criação do direito.....	53
1.4 As universidades e a formação do jurista inglês.....	79
1.5 O precedente vinculante: uma criação despótica .....	96
<b>Capítulo 2 – Diálogo de tradições e a exportação do <i>common law</i> .....</b>	<b>121</b>
2.1 A exportação do <i>common law</i> para os Estados Unidos da América.....	121
2.1.1 Alguns apontamentos históricos.....	121
2.1.2 A formação dos juristas e o precedente nos EUA.....	126
2.1.3 A importância da Suprema Corte norte-americana.....	141
2.2 A crise na diferenciação das famílias ou tradições jurídicas.....	149
2.2.1 O movimento de convergência entre <i>civil law</i> e <i>common law</i> .....	149
2.2.2 Porque há uma crise na diferenciação entre as famílias jurídicas? .....	157
2.3 Convergência de modelos e pilhagem.....	161
2.4 Apontamentos finais sobre as causas da crise na diferenciação das famílias jurídicas .....	172

<b>Capítulo 3 – O precedente judicial no Brasil.....</b>	<b>177</b>
3.1 Direito legicêntrico e a utilização da jurisprudência no Brasil: as bases para a compreensão do direito brasileiro em face das tradicionais famílias jurídicas do <i>civil law</i> e do <i>common law</i> .....	177
3.2 O sistema de precedentes no CPC/2015.....	196
3.3 Noções fundamentais: precedente, enunciado de súmula e jurisprudência .....	203
3.4 Precedentes obrigatórios e Cortes Supremas .....	225
3.4.1 A ética dos precedentes.....	225
3.4.2 O paradoxo dos precedentes obrigatórios .....	251
3.5 Estruturação normativa das técnicas de formação e aplicação de precedentes no CPC/2015 .....	261
3.6 A reforma da Lei nº 13.256/2016 e outros dispositivos que versam o direito jurisprudencial .....	277
3.7 Necessidade de modulação dos efeitos decorrentes da padronização decisória .....	295
<b>Capítulo 4 – Comparticipação e o ônus argumentativo do advogado .....</b>	<b>301</b>
4.1 A comparticipação normativa no CPC/2015.....	301
4.2 Direito fundamental à defesa técnica.....	337
4.3 Ônus argumentativo e ônus processuais: dois fenômenos distintos? .....	342
4.3.1 Argumentação e ônus argumentativo .....	342
4.3.2 Ônus processuais.....	363
4.4 Técnicas processuais e o ônus argumentativo no CPC/2015 .....	370
4.4.1 Extração da <i>ratio decidendi</i> .....	373
4.4.2 <i>Distinguish</i> .....	383
4.4.3 <i>Overruling</i> .....	385
4.4.4 Ônus da dialeticidade e o possível surgimento de uma nova modalidade de jurisprudência defensiva .....	394
<b>Capítulo 5 – Apontamentos provocativos.....</b>	<b>401</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>405</b>
<b>Referências .....</b>	<b>419</b>